



República de Moçambique



Maputo, 08 de Julho de 2016

ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO.....	5
II.	PERSPECTIVAS MACROECONÓMICAS 2016.....	7
2.1	Contexto Internacional	7
2.2	Contexto Nacional.....	10
III.	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE JANEIRO A MARÇO DE 2016 12	
3.1	Execução das Receitas do Estado.....	12
3.2	Execução das Despesas do Estado.....	13
IV.	PREVISÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2016	14
4.1	Previsão das Receitas do Estado	16
4.2	Previsão do Financiamento Externo	17
4.3	Previsão de Afectação das Despesas do Estado.....	18
4.4	Previsão do Financiamento do Défice Orçamental	22
V.	PREVISÃO DAS DESPESAS POR ÂMBITO	23
VI.	PREVISÃO DAS DESPESAS NOS SECTORES PRIORITÁRIOS	24
VII.	EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	26
VIII.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. PREVISÃO DE CRESCIMENTO DO PIB POR ÁREAS GEOGRÁFICAS	7
QUADRO 2. ACTUALIZAÇÃO DA PROJEÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO PARA 2016	10
QUADRO 3. EVOLUÇÃO DOS PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS	11
QUADRO 4. EXECUÇÃO DAS RECEITAS DO ESTADO DE JANEIRO A MARÇO DE 2016	12
QUADRO 5. PREVISÃO DA COBRANÇA DE RECEITAS DO ESTADO	16
QUADRO 6. PREVISÃO DO FINANCIAMENTO EXTERNO	18
QUADRO 7. PREVISÃO DAS DESPESAS DO ESTADO	19
QUADRO 8. ALOCAÇÃO POR ÂMBITO 2016	23
QUADRO 10. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	26

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. PREÇO DAS PRINCIPAIS PRODUTOS PRIMÁRIOS (2006-2016)	9
GRÁFICO 2. EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO ESTADO JANEIRO A MARÇO DE 2016 (% DT)	13
GRÁFICO 3. COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DO ESTADO (EM % DA RECEITA TOTAL)	17
GRÁFICO 4. ESTRUTURA DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	20
GRÁFICO 5. COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21
GRÁFICO 6. PREVISÃO DO FINANCIAMENTO DO DÉFICE, % DO PIB	22

FUNDAMENTOS DA REVISÃO ORÇAMENTAL

A. Contexto Internacional:

- Desaceleração da economia mundial de 3.5% para 3.2%;
- Redução do volume do comércio internacional de 3.2% para 2.8%,
- Queda dos preços das principais produtos de exportação e do Fluxo de capital nos mercados emergentes e em desenvolvimento.

B. No Contexto Nacional:

- Desaceleração da economia de 7% para 4.5%;
- Redução dos Recursos que financiam o Orçamento do Estado em 21,8 mil milhões de MT, sendo:
 - Redução da arrecadação das Receitas do Estado em 10,9 mil milhões de MT, correspondente a uma redução do rácio fiscal de 25.9% para 24.1% em % do PIB;
 - Suspensão do Apoio Geral ao Orçamento no valor de 10,9 mil milhões de MT;
- Agravamento do Défice de Transacções Correntes de 33% para 35% do PIB com impacto na taxa de câmbio média anual (45.5Mt/USD taxa utilizada na Lei Orçamental – 52.2Mt/USD taxa usada na proposta de Revisão) inflação média anual (5.6% Proj. – 16.7% Actual) e Reservas Internacionais Líquidas (4,3 meses de cobertura para 3,0);
- Incremento do serviço da dívida pública e transferências para o exterior em 2,7 mil milhões de MT resultante do impacto da taxa de câmbio e da concentração do período de vencimento dos créditos;
- A revisão do serviço da dívida (capital e juros) não prevê o impacto das garantias emitidas para MAM e PROINDICUS no valor 1,2 mil milhões de USD por não se prever a sua eventual execução pelos credores;
- Agravamento do Défice Fiscal antes do Donativos de 10.2% para 11.3% em % do PIB, equivalente em termos absolutos a 77,8 mil milhões de MT contra 69,7 mil milhões de MT da Lei Orçamental;
- Recurso ao Financiamento Interno para cobrir o Défice Orçamental no valor de 21,7 mil milhões de MT, ou seja mas 14,2 mil milhões em relação ao previsto na Lei Orçamental (7,6 mil milhões de MT).

C. Impacto nos Agregados Macroeconómicos

Pressupostos Macroeconómicos

	2015	2015	2016	2016
	Lei	Real	Lei	Prev. Actual
PIB Nominal (milhões de MT)	594,645	589,294	680,487	686,718
Crescimento do PIB real (%)	7.5	6.6	7	4.5
PIB per capita (MT/Pessoa)	23.152	23.641	25.753	25.989
Taxa de Inflação Média Anual (%)	5.1	3.6	5.6	16.7
RIL (valores em milhões USD)	4,5	1,9	2,3	1,2
RIL (meses de cobertura de importação)	4,1	3,8	4,3	3,0
Exportações (Milhões de USD)	4.188	3.415	3.643	3.214
População (Milhões de Hab)	25.728	25.042	26.424	26.424

I. INTRODUÇÃO

1. A proposta de revisão do Orçamento do Estado para 2016 encontra enquadramento legal nos termos do nº 1, do Artigo 34, da Lei Nº 9/2002, de 12 de Fevereiro, que cria o Sistema de Administração Financeira do Estado – SISTAFE.
2. Com efeito, o Orçamento do Estado de 2016 aprovado pela Lei Nº9/2015, de 29 de Dezembro, foi elaborado num contexto de perspectivas de aceleração da economia mundial de cerca de 3,1% em 2015 para 3,5% em 2016 (um aumento em 0,4pp) sustentada fundamentalmente pelo crescimento das Economias Avançadas e pela recuperação da actividade económica na Zona Euro.
3. No entanto, os novos desenvolvimentos da actividade económica a nível mundial apontam para uma desaceleração do ritmo de crescimento de 3,5% previstos inicialmente para 3,2% em 2016, justificado pela queda dos preços das matérias-primas especialmente do petróleo, desaceleração do investimento e do comércio e declínio dos fluxos de capital para países emergentes e em desenvolvimento. Contribuem igualmente para este cenário a desaceleração da economia chinesa e a tensão que se vive em algumas grandes economias emergentes, tais como a Rússia e Brasil.
4. A conjuntura nacional é igualmente adversa, caracterizada pelos efeitos das cheias e seca; desaceleração da economia, redução do volume das importações e exportações, com impacto no aumento do custo de vida; na arrecadação das receitas; redução dos fluxos de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e dos fluxos do Apoio Geral ao Orçamento (AGO), e depreciação do metical face as principais moedas; bem como no aumento dos encargos com o serviço da dívida pública externa.

5. Esta situação tem levado ao abrandamento da actividade económica, pressões nas Reservas Internacionais Líquidas e aumento generalizado do nível de preços. A previsão do crescimento real do Produto Interno Bruto que era de 7,0% baixou para 4,5%, um desvio de 2,5pp; a previsão da taxa de inflação média anual que era de 5.6% aumentou para 16.7%.
6. Nestes termos, de modo a permitir um ajustamento fiscal adequado a realidade económica actual, e salvaguardar a sustentabilidade macroeconómica, a presente proposta de revisão do Orçamento do Estado de 2016 é feita observando o seguinte:
 - Ajustar em baixa o nível de receita do estado;
 - Ajustar em baixa os níveis de despesa interna (financiada com recursos internos), decorrente da alteração dos pressupostos macroeconómicos;
 - Ajustar em baixa os valores do Apoio Geral ao Orçamento decorrente da suspensão dos desembolsos;
 - Incrementar os encargos com pagamento da dívida pública (juros + capital), decorrente da depreciação do metical e da concentração do período de vencimento dos créditos;
 - Ajustar em alta o efeito da depreciação do metical sobre o financiamento externo (projectos de investimento).
7. No exercício de revisão o Governo irá garantir que os sectores económicos e sócias continuem a absorver parte considerável dos recursos disponíveis com o objectivo de assegurar a implementação da política económica e social, através de acções tendentes a redução da pobreza urbana e rural, promovendo um crescimento económico sustentável e inclusivo.
8. Relativamente as despesas de investimento serão prioridade as que tem em vista garantir o incremento da base produtiva, a diversificação da economia bem como a redução do défice de infraestruturas a nível nacional.

II. PERSPECTIVAS MACROECONÓMICAS 2016

2.1 Contexto Internacional

9. As previsões do *World Economic Outlook (WEO 2016)* publicadas em Abril último, apontam para uma revisão em baixa do crescimento da economia mundial de 3.5% inicialmente previstos para 3,2% o que significa uma desaceleração em 0,3pp. Não obstante a desaceleração, o nível de crescimento esperado é impulsionado principalmente pelo desempenho das economias em desenvolvimento e economias emergentes de 1,9% e 4,1% respectivamente.

Quadro 1. Previsão de crescimento do PIB por áreas geográficas

	Em percentagem do PIB				
	Projeções				Revisão
	2013	2014	2015	2016	2016
	<i>Variação Percentual</i>				
ECONOMIA MUNDIAL (%)	3.4	3.4	3.1	3.5	3.2
Economias Desenvolvidas	1.4	1.8	2.0	2.2	1.9
Estados Unidos da América	2.2	2.4	2.6	2.8	1.9
Zona Euro	-0.5	0.9	1.5	1.6	1.5
Alemanha	0.2	1.6	1.5	1.6	1.5
França	0.3	0.4	1.2	1.5	1.1
Itália	-1.7	-0.4	0.8	1.3	1
Espanha	-1.2	1.4	3.0	2.5	2.6
Japão	1.6	-0.1	0.6	1.0	0.5
Reino Unido	1.7	2.6	2.6	2.2	1.9
Canadá	2.0	2.5	1.0	1.7	1.5
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	5.0	4.6	3.9	4.5	4.1
Rússia	1.3	0.6	-3.8	-0.6	-1.8
Médio Oriente, África do Norte, Afeganistão, e Paquistão	2.4	2.6	2.5	3.9	3.1
Arábia Saudita	2.7	3.5	3.4	2.2	1.2
África Subsaariana	5.2	5.0	3.8	4.3	3
Nigéria	5.4	6.3	3.9	4.3	2.3
África do Sul	2.2	1.5	1.9	1.3	0.6
Ásia em Desenvolvimento	7.0	6.8	6.5	6.4	6.4
China	7.8	7.4	6.8	6.3	6.5
Índia	6.9	7.2	7.3	7.5	7.5
América Latina e Caraíbas	2.9	1.3	-0.2	0.7	-0.5
Brasil	2.7	0.1	-3.0	-1.0	-3.8

Fonte: FMI (WEO, Abril 2016)

10. Para a Zona Euro, projecta-se um crescimento de 1,5% em 2016, contra as previsões iniciais de 1.6%, o que representa uma desaceleração de 0,1%. As

grandes economias, Reino Unido, Alemanha e França continuaram a impulsionar o crescimento da zona euro.

11. Nas Economias Emergentes e em Desenvolvimento, prevê-se uma queda em relação as projecções inicialmente previstas para 2016. Esta revisão em baixa é justificada pelo facto dos países exportadores de petróleo estarem a enfrentar um ambiente macroeconómico menos favorável face a acentuada queda dos termos de troca e baixo fluxo do investimento.
12. Relativamente à região da África Subsaariana, as projecções indicam uma desaceleração de 4,3% inicialmente previstos para 3,0% em 2016, e uma redução em 0.8pp em relação ao verificado no ano de 2015.
13. A produção industrial global, especialmente de bens de capital, manteve-se moderada ao longo de 2015. Este desempenho é justificado pela queda do investimento em grande parte dos países, particularmente nos ramos da energia e mineração, bem como a desaceleração da actividade industrial da China.
14. O declínio dos preços das matérias-primas resulta da queda de mais de 32% dos preços entre Agosto de 2015 a Fevereiro de 2016, devido ao aumento da oferta dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e a Rússia, as expectativas de maior oferta do Irão, e as preocupações sobre a capacidade de resistência da procura.

Gráfico 1. Preço das Principais Produtos Primários (2006-2016)



Fonte: FMI (WEO, Abril 2016)

15. Uma variedade de factores continuam a influenciar a baixa do preço do petróleo, com destaque para: (i) Excesso de produção do petróleo por parte dos países da OPEC (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), com o fim das sanções económicas ao Irão, um dos maiores produtores de petróleo, e (ii) diminuição da procura na Europa, China e Índia, como consequência do abrandamento económico.
16. Os preços do Carvão e do Gás natural também diminuíram, estando de alguma forma ligados aos preços do petróleo, através dos preços dos contratos indexados aos preços de petróleo. Os preços das matérias-primas bem como, os preços dos produtos agrícolas e do metal tiveram também uma queda acentuada de 9% e 4% respectivamente.

2.2 Contexto Nacional

17. Em 2015, a economia moçambicana cresceu em média 6.6%, menos 0.4pp do planificado, contudo, acima da média da região da SADC e da África Subsaariana. As perspectivas económicas para 2016 apontam para um abrandamento na actividade económica, face aos níveis inicialmente previstos, influenciado fortemente pelo cenário verificado na economia mundial que afecta directamente a economia moçambicana.

18. Deste modo, estima-se uma taxa de crescimento do PIB na ordem 4,5%, contrariando as iniciais previsões de 7,0%. A desaceleração económica será influenciada em grande medida pelo fraco desempenho esperado nos sectores da indústria extractiva (22.9%), eletricidade e gás (8.7%), agricultura (3.8%), comércio (3.5%), transportes (3.8%), serviços financeiros (3.2%), e administração pública (3.0%).

Quadro 2. Actualização da Projecção do Produto Interno Bruto para 2016

Ramo de Actividade	2015	2016	
	<i>Real</i>	<i>Lei</i>	<i>Proj. Actual</i>
1. Agricultura, Produção Animal, Caça e Florestas	3.1	6.5	3.8
2. Pesca	4.5	4.8	4.8
3. Indústrias Extractivas	22.5	10.4	22.8
4. Indústria Transformadora	8.5	5.1	5.1
5. Eletricidade e Gás	12.2	7.7	8.7
6. Construção	12.0	7.9	2.8
7. Comércio a Grosso e a Retalho	4.4	8.0	3.5
8. Alojamento, restaurantes e similares	8.2	6.1	3.1
9. Actividade de Informação e Comunicação	10.6	8.8	8.6
10. Transportes, Armazenagem	7.6	5.8	3.8
11. Actividades Financeiras e Seguros	5.9	8.2	3.2
12. Administração pública, Defesa e Segurança Social	14.8	5.8	3.0
13. Educação	7.4	8.0	4.2
14. Saúde e acção social	10.2	7.5	5.5
15. Outros Serviços	5.4	4.5	2.5
Taxa de Crescimento do PIB	6.6	7.0	4.5

19. A desaceleração do ritmo de crescimento dos sectores mencionados está em linha com os recentes desenvolvimentos económicos no País a destacar: (i) o efeito da estiagem no princípio do ano que ditou a perda significativa de diversas culturas; (ii) a queda dos preços internacionais dos principais produtos minerais; (iii) possíveis atrasos na execução de alguns empreendimentos; (iv) a consolidação fiscal que implicará cortes em várias rúbricas de despesas de investimento e redução na arrecadação das receitas; e (v) a postura restritiva da política monetária através do aumento das taxas de juro directoras com impacto sobre o crédito ao sector privado.

20. No que concerne à taxa de inflação média anual, prevê-se que esta atinja os níveis de 16.7% em 2016 contra os 5.6% inicialmente previstos ultrapassando a meta de um dígito preconizada no Programa de Convergência Macroeconómica da SADC. As perspectivas de preços para 2016 apontam para uma continua pressão inflacionária em virtude de, entre outros factores, a baixa na produção agrícola devido a estiagem, redução das importações e exportações, suspensão do desembolso dos Parceiros e redução do Investimento Directo Estrangeiro.

Quadro 3. Evolução dos Pressupostos Macroeconómicos

	2015	2015	2016	2016
	Lei	Real	Lei	Prev. Actual
PIB Nominal (milhões de MT)	594,645	589,294	680,487	686,718
Crescimento do PIB real (%)	7.5	6.6	7	4.5
PIB per capita (MT/Pessoa)	23.152	23.641	25.753	25.989
Taxa de Inflação Média Anual (%)	5.1	3.6	5.6	16.7
RIL (valores em milhões USD)	4,5	1,9	2,3	1,2
RIL (meses de cobertura de importação)	4,1	3,8	4,3	3,0
Exportações (Milhões de USD)	4.188	3.415	3.643	3.214
População (Milhões de Hab)	25.728	25.042	26.424	26.424

III. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE JANEIRO A MARÇO DE 2016

3.1 Execução das Receitas do Estado

21. As receitas do Estado de Janeiro a Março atingiram um montante de 32.783,4 Milhões de MT, o equivalente a 18,6% da receita total prevista, e um crescimento nominal de 4,9% em relação ao ano transacto.

Quadro 4. Execução das Receitas do Estado de Janeiro a Março de 2016

	2015			2016		
	Lei	Real Jan-Mar	% Realiz	Lei	Real Jan-Mar	% Realiz
Receita do Estado	160,707.8	31,266.3	19.5%	176,409.2	32,783.4	18.6%
Receitas Correntes	157,520.4	30,806.1	19.6%	173,221.8	32,543.5	18.8%
Receitas Fiscais	133,009.3	26,244.2	19.7%	151,433.4	26,090.1	17.2%
Impostos s/ Rendimento	58,390.4	9,090.6	15.6%	62,262.1	10,595.1	17.0%
Receitas s/ Bens e Serviços	67,966.8	15,906.9	23.4%	82,055.7	14,262.8	17.4%
Outros Impostos Fiscais	6,652.0	1,246.7	18.7%	7,115.6	1,232.2	17.3%
Receitas Não Fiscais	6,922.8	1,029.6	14.9%	5,119.2	1,458.0	28.5%
Receitas Consignadas	13,150.9	2,034.5	15.5%	11,548.5	2,583.0	22.4%
Receitas Próprias	4,437.4	1,497.8	33.8%	5,120.6	2,412.4	47.1%
Receita de Capital	3,187.4	460.2	14.4%	3,187.4	239.9	7.5%

Fonte: REO de Janeiro a Março de 2016

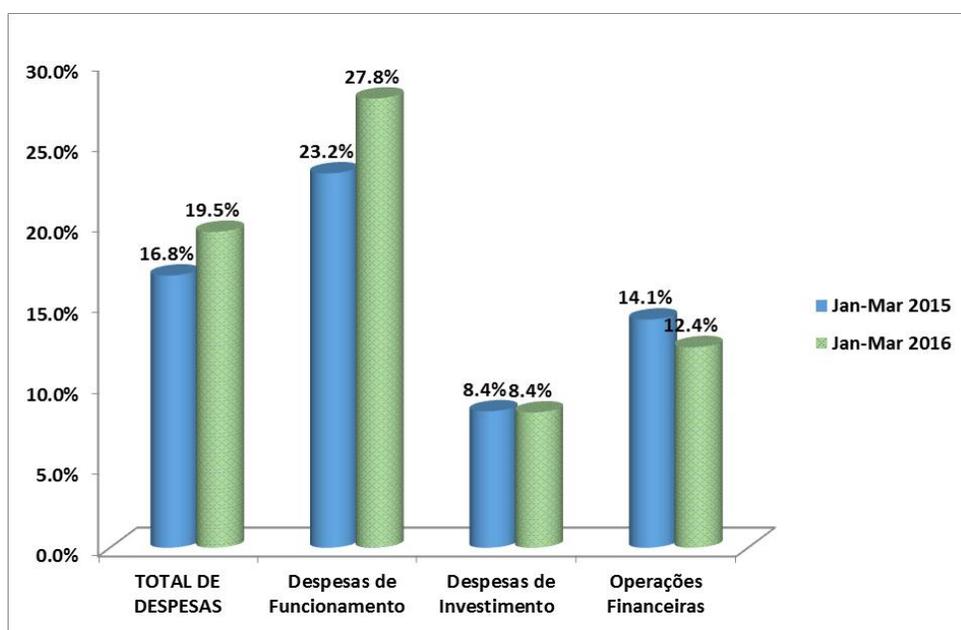
22. De entre os factores que contribuíram para este desempenho destacam-se:

- Maior controlo dos benefícios fiscais nos projectos de investimento inscritos nas Direcções de Áreas Fiscais;
- Controlo nas retenções de pagamentos ao exterior; e
- Constante controlo das retenções na fonte e das entregas às Direcções de Área Fiscal.

3.2 Execução das Despesas do Estado

23. As Despesas do Estado no período em análise atingiram cerca de 48.073,2 Milhões de MT que corresponde a uma execução de 19,5% em relação a meta programada, um incremento em 2,7pp em relação ao período homólogo do ano anterior, justificado essencialmente pelo maior nível de execução das despesas de funcionamento.

Gráfico 2. Execução das Despesas do Estado no período de Janeiro a Março de 2016 (% DT)



Fonte: Dados do REO de Janeiro á Março de 2016

24. As despesas de Funcionamento de Janeiro a Março atingiram o montante de 37.825,8 Milhões de MT, o correspondente a 27,8% da previsão anual. O incremento deste agregado é justificado pelo maior nível de execução nas despesas em Bens e Serviços, Transferências Correntes e Subsídios com incrementos em relação ao ano transacto em 5,1pp, 15,2pp e 8,0pp, respectivamente.

25. As despesas de investimento tiveram uma realização de 7.016,5 milhões de MT equivalentes a 8,4% da meta prevista, significando uma manutenção em relação ao ano transacto. Nesta rubrica, as despesas de investimento interno tiveram um nível de realização de 12,3% e, as despesas de investimento externo tiveram um nível de realização de 4,5% justificado pelo baixo nível de desembolsos.

26. As Operações Financeiras tiveram uma realização de 3.230,9 milhões de MT, o equivalente a 12,4% da dotação orçamental anual, o que representa uma redução de 1,7% comparativamente ao registado no igual período do ano transacto.

IV. PREVISÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2016

IV.1 Linhas Gerais da Política Orçamental

27. Face aos recentes desenvolvimentos da economia internacional e nacional, a política orçamental irá orientar-se no sentido de responder a actual conjuntura macroeconómica, de forma a alcançar as metas previstas no Programa Quinquenal do Governo 2015-2019, sem descurar da necessidade de consolidação fiscal.

28. O ajustamento fiscal irá ocorrer nos seguintes moldes:

Despesas de Funcionamento

- Redução das despesas com combustíveis, lubrificantes e comunicação em geral;
- Redução de despesas com passagens aéreas dentro e fora do país;
- Redução de despesas com ajudas de custo dentro e fora do país.

Despesas de Investimento

- Cancelamento de projectos Apoio Institucional Administrativo;
- Cancelamento de novos projectos de natureza administrativa não iniciados no ano em curso, com destaque para, construções, reabilitações e apetrechamento de edifícios públicos.

29. A racionalização da despesa pública e a mitigação dos riscos fiscais vai permitir garantir a sustentabilidade orçamental, perspectivando cenários optimistas a médio prazo.

30. Em termos de gestão da Dívida Pública o Governo prevê manter o seu compromisso de assegurar a sustentabilidade da dívida, sendo que constitui um desafio a médio e longo prazo a redução substancial da dependência externa, através do alargamento da base tributária e do incremento das receitas internas, e a operacionalização de programas e projectos de desenvolvimento nacional.

IV. 2 Prioridades na Afectação de Recursos para Realização da Despesa Pública

31. A realização da despesa pública continuará a ser orientada de acordo com as prioridades e pilares do Programa Quinquenal do Governo. As acções fulcrais que priorizam alocação de recursos para segundo semestre de 2016 são:

- Construção e expansão da rede de infraestruturas económicas prioritárias e estruturantes para dinamização da actividade económica, com enfoque para o sector agrário, industrial, energético e turístico.
- Construção e expansão da rede de infraestruturas sócias, da educação, saúde, abastecimento de água, saneamento, energia, e justiça, dando prioridade as áreas geográficas de elevada demanda.
- Promoção da cadeia de valor de produtos primários nacionais assegurando a integração do conteúdo local para permitir a substituição das importações.
- Prosseguir com a construção, manutenção e reabilitação das vias de acesso e de comunicação de pessoas e de bens.

4.1 Previsão das Receitas do Estado

32. Para efeitos da revisão do Orçamento do Estado para 2016, as receitas totais passarão de 176.409,2 milhões de MT para 165.541,0 milhões de MT, o que representa 24,1% do PIB, uma redução em 1,8pp do PIB face a meta prevista na lei orçamental de 2016.

Quadro 5. Previsão da cobrança de receitas do Estado

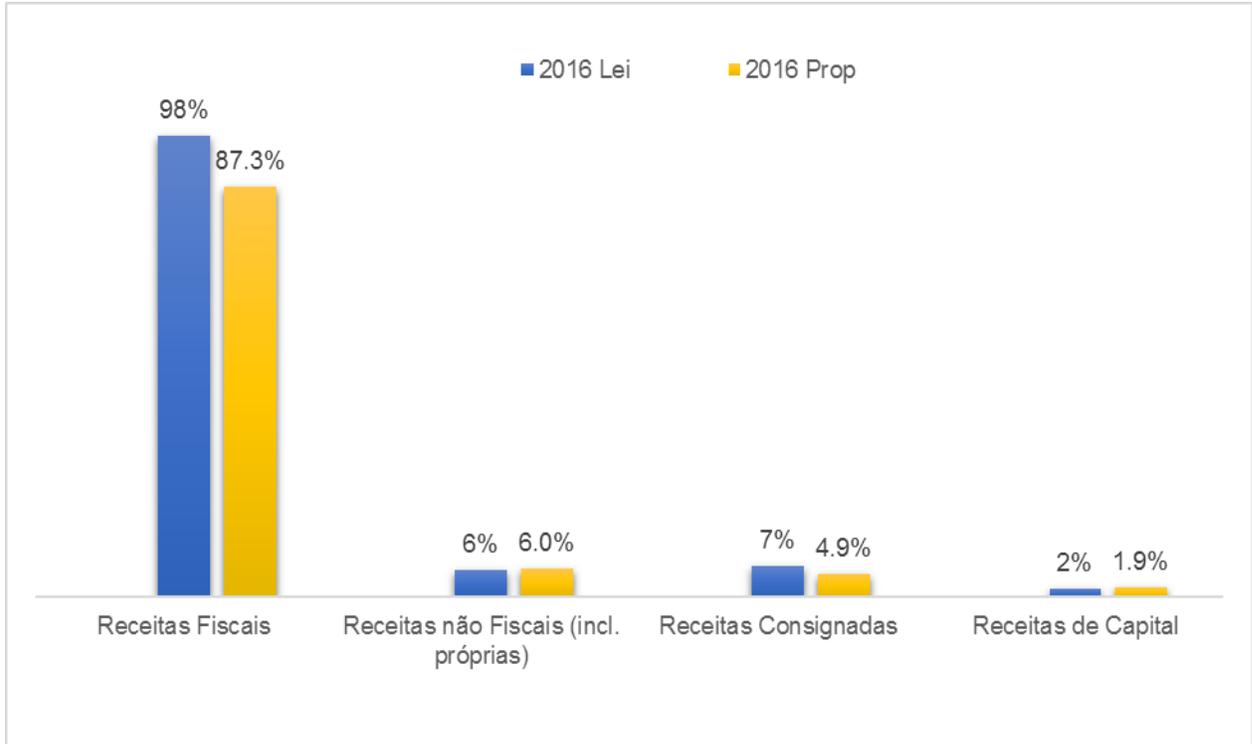
	2015	2016	2016	2015	2016	2016
	CGE	Lei	Prop.	CGE	Lei	Prop.
	<i>Milhões MT</i>			<i>% do PIB</i>		
Receitas do Estado	155,893.0	176,409.2	165,540.9	26.5%	25.9%	24.1%
Receitas Correntes	152,796.4	173,221.8	162,353.5	25.9%	25.5%	23.6%
Receitas Fiscais	129,657.1	151,433.4	144,450.3	22.0%	22.3%	21.0%
Impostos sobre rendimentos	57,919.1	62,262.1	64,595.9	9.8%	9.1%	9.4%
IRPS	21,311.2	25,699.5	24,108.7	3.6%	3.8%	3.5%
IRPC	36,498.4	35,007.1	40,401.3	6.2%	5.1%	5.9%
Imposto especial sobre o Jogo	109.4	1,555.5	85.9	0.0%	0.2%	0.0%
Receitas sobre Bens e Serviços	67,036.1	82,055.7	74,466.5	11.4%	12.1%	10.8%
Imposto sobre Valor Acrescentado	46,553.1	49,119.8	48,407.0	7.9%	7.2%	7.0%
ICE-Produtos Nacionais	4,070.3	8,791.9	5,146.2	0.7%	1.3%	0.7%
ICE-Produtos Importados	3,769.2	7,439.3	6,995.3	0.6%	1.1%	1.0%
Imposto sobre Comércio Externo	12,643.5	16,704.7	13,918.0	2.1%	2.5%	2.0%
Outros Impostos Fiscais	4,701.9	7,115.6	5,387.9	0.8%	1.0%	0.8%
Receitas não Fiscais (<i>incl. próprias</i>)	11,981.5	10,239.8	9,869.2	2.0%	1.5%	1.4%
Receitas Consignadas	11,157.8	11,548.5	8,034.0	1.9%	1.7%	1.2%
Receitas de Capital	3,096.6	3,187.4	3,187.4	0.5%	0.5%	0.5%

33. Dada a nova conjuntura, estima-se que a previsão das receitas será nos seguintes moldes:

- As Receitas fiscais passarão de 151.433,4 milhões de MT para 144.450,3 milhões de MT, o equivalente a 21,0% do PIB e uma redução em 1,3pp;
- As Receitas sobre Bens e Serviços, passarão da previsão inicial de 82.055,7 milhões de MT para 78.445,2 milhões de MT, o equivalente a 11,4% do PIB e uma redução em 0,7pp do PIB;

- As receitas consignadas passarão de 11.548,5 milhões de MT para 8,034.0 milhões de MT, representando uma redução em 0,5pp do PIB.

Gráfico 3. Composição das Receitas do Estado (em % da Receita Total)



4.2 Previsão do Financiamento Externo

34. Os recursos externos passarão dos actuais 62.041,6 milhões de MT para 56.043,0 milhões MT, o que representa uma redução de 0,9pp comparativamente a Lei 2016, conforme ilustra o gráfico a seguir.

Quadro 6. Previsão do Financiamento Externo

	2015 CGE	2016 Lei	2016 Prop.	2015 CGE	2016 Lei	2016 Prop.
	<i>Milhões de MT</i>			<i>% do PIB</i>		
Recursos Externos	49,677.0	62,041.6	56,043.0	8.4%	9.1%	8.2%
Contravalores não Consignados*	12,257.7	11,915.0	998.5	2.1%	1.8%	0.1%
Donativos	7,423.8	9,000.0	55.5	1.3%	1.3%	0.0%
Créditos	4,833.9	2,915.0	943.0	0.8%	0.4%	0.1%
Donativos	11,253.6	15,800.0	18,137.2	1.9%	2.3%	2.6%
Para Projectos	5,638.8	5,405.9	8,811.5	1.0%	0.8%	1.3%
Fundo Comum	5,614.9	10,394.1	9,325.7	1.0%	1.5%	1.4%
Créditos para Projectos	26,165.7	34,326.6	36,907.4	4.4%	5.0%	5.4%

* Apoio Directo ao Orçamento

35. A redução em 5.998,6 Milhões de MT do financiamento externo é justificada essencialmente pela suspensão do Apoio Geral ao Orçamento por parte dos parceiros de cooperação. Alternativamente para fazer face a necessidade de se continuar a garantir a realização de investimentos espera-se um incremento de 0,4pp do PIB de créditos para projectos.

4.3 Previsão de Afectação das Despesas do Estado

36. A presente proposta de revisão do Orçamento do Estado para 2016 tem por objectivo incorporar na lei orçamental o impacto da variação nos pressupostos macroeconómicos, a revisão em baixa da arrecadação das receitas internas, a redução dos recursos externos, bem como o incremento do serviço da dívida pública decorrente da depreciação do metical.

37. A redução da despesa pública aos níveis demonstrados na presente proposta, mostra uma política fiscal de consolidação, que tem em vista a garantir a correcção gradual dos desequilíbrios macroeconómicos.

38. Com efeito, a despesa total passa dos actuais 246.070,4 milhões de MT, o equivalente a 36,2% do PIB para 243.358,2 milhões de MT, equivalente a 35,4%, como ilustra o quadro a abaixo.

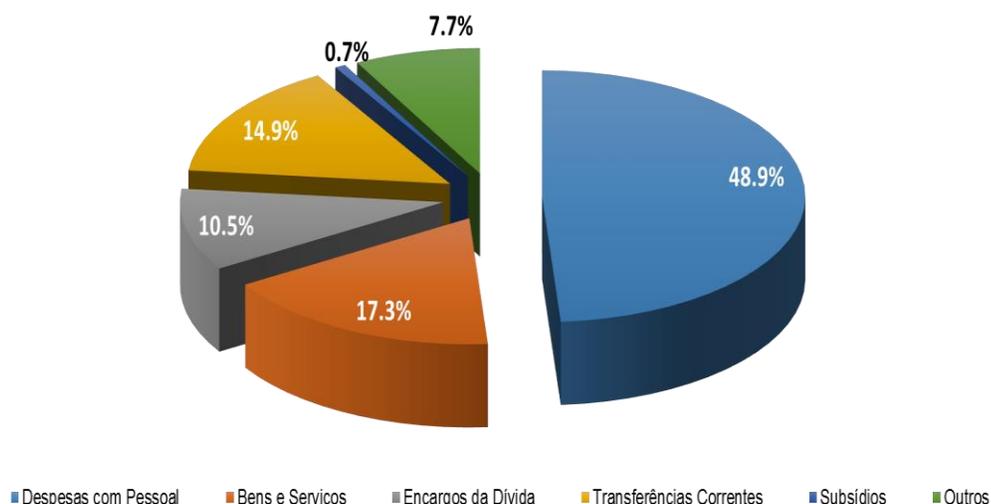
Quadro 7. Previsão das Despesas do Estado

	2015	2016	2016	2015	2016	2016
	CGE	Lei	Prop.	CGE	Lei	Prop
	<i>Milhões MT</i>			<i>% do PIB</i>		
DESPESA TOTAL	200,490.7	246,070.4	243,358.2	33.9%	36.2%	35.4%
Despesas de Funcionamento	117,835.7	136,159.3	143,411.4	19.9%	20.0%	20.9%
Despesas Correntes	117,435.4	135,686.6	142,938.6	19.8%	19.9%	20.8%
Despesas com Pessoal	64,299.3	71,308.2	70,089.1	10.9%	10.5%	10.2%
Bens e Serviços	22,512.0	28,966.1	24,804.2	3.8%	4.3%	3.6%
Encargos da Dívida	7,621.9	12,500.0	15,122.3	1.3%	1.8%	2.2%
Transferências Correntes	19,860.1	19,297.3	21,346.4	3.4%	2.8%	3.1%
Subsídios	2,213.2	2,120.6	942.1	0.4%	0.3%	0.1%
Outras Despesas Correntes	770.8	1,283.6	10,543.9	0.1%	0.2%	1.5%
Exercícios Findos	158.1	210.7	90.7	0.0%	0.0%	0.0%
Despesas de Capital	400.3	472.8	472.8	0.1%	0.1%	0.1%
Despesas de Investimento	64,077.8	83,865.5	76,014.9	10.8%	12.3%	11.1%
Componente Interna	42,677.4	41,338.9	28,870.3	7.2%	6.1%	4.2%
Componente Externo	21,400.4	42,526.6	47,144.5	3.6%	6.2%	6.9%
Donativos	10,462.5	15,800.0	18,137.2	1.8%	2.3%	2.6%
Créditos	10,937.9	26,726.6	29,007.4	1.8%	3.9%	4.2%
Operações Financeiras	18,577.2	26,045.6	23,931.8	3.1%	3.8%	3.5%
Activas	3,729.8	8,200.0	8,100.0	0.6%	1.2%	1.2%
Passivas	14,847.4	17,845.6	15,831.8	2.5%	2.6%	2.3%

39. As alterações na estrutura das despesas dar-se-á nos seguintes moldes:

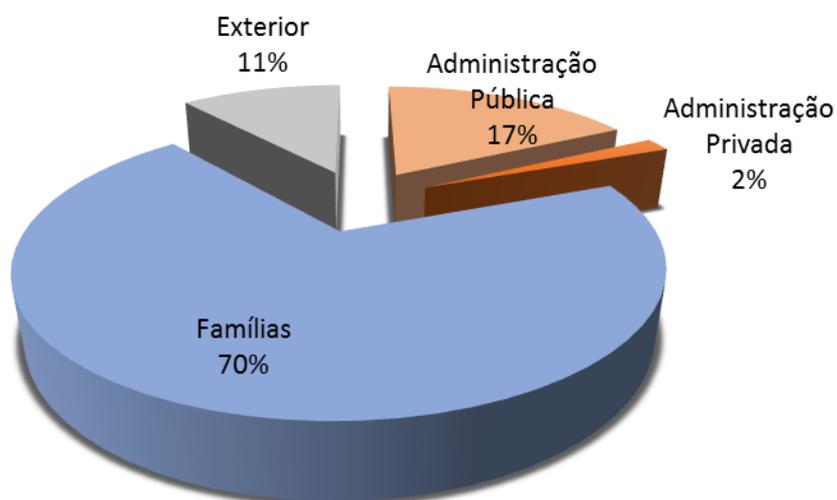
- As **Despesas de Funcionamento** irão sofrer um incremento em 0,6pp do PIB face a Lei de 2016, justificadas essencialmente pelo incremento nos Encargos da Dívida e Transferências Correntes em 0,4pp e 0,3pp do PIB, respectivamente. Este incremento é resultante dos custos adicionais da depreciação do Metical.

Gráfico 4. Estrutura das Despesas de Funcionamento



- As **Despesas com Pessoal**, estão orçadas em 70.089,1 milhões de MT, cerca de 10,2% do PIB, representando uma redução em 0,3pp do PIB face a Lei do OE 2016, facto que demonstra os esforços do Governo em conter a massa salarial a níveis sustentáveis.
- As **Despesas com Bens e Serviços** deverão atingir 24.804,2 milhões de MT, representando 3,6% do PIB, um decréscimo em 0,7pp do PIB em relação a Lei do OE 2016.
- As **Transferências Correntes** estão fixadas em 21.346,4 milhões de MT, deste montante, cerca de 70% serão destinados as transferências às famílias para o aprovisionamento dos encargos com pensões e prosseguimento dos programas de protecção social, os restantes 30% serão destinados as Transferências a Administração Pública, Privada e ao Exterior.

Gráfico 5. Composição das Transferências Correntes



40. Em termos de **dívida pública**, a proposta da revisão orçamental prevê um acréscimo de 608,6 milhões de MT no total do serviço da dívida pública, passando de 30.345,6 milhões de MT para 30.954,2 milhões de MT, que decorre, essencialmente, do impacto da depreciação cambial e da concentração do período de vencimento dos créditos, a partir de 2016.

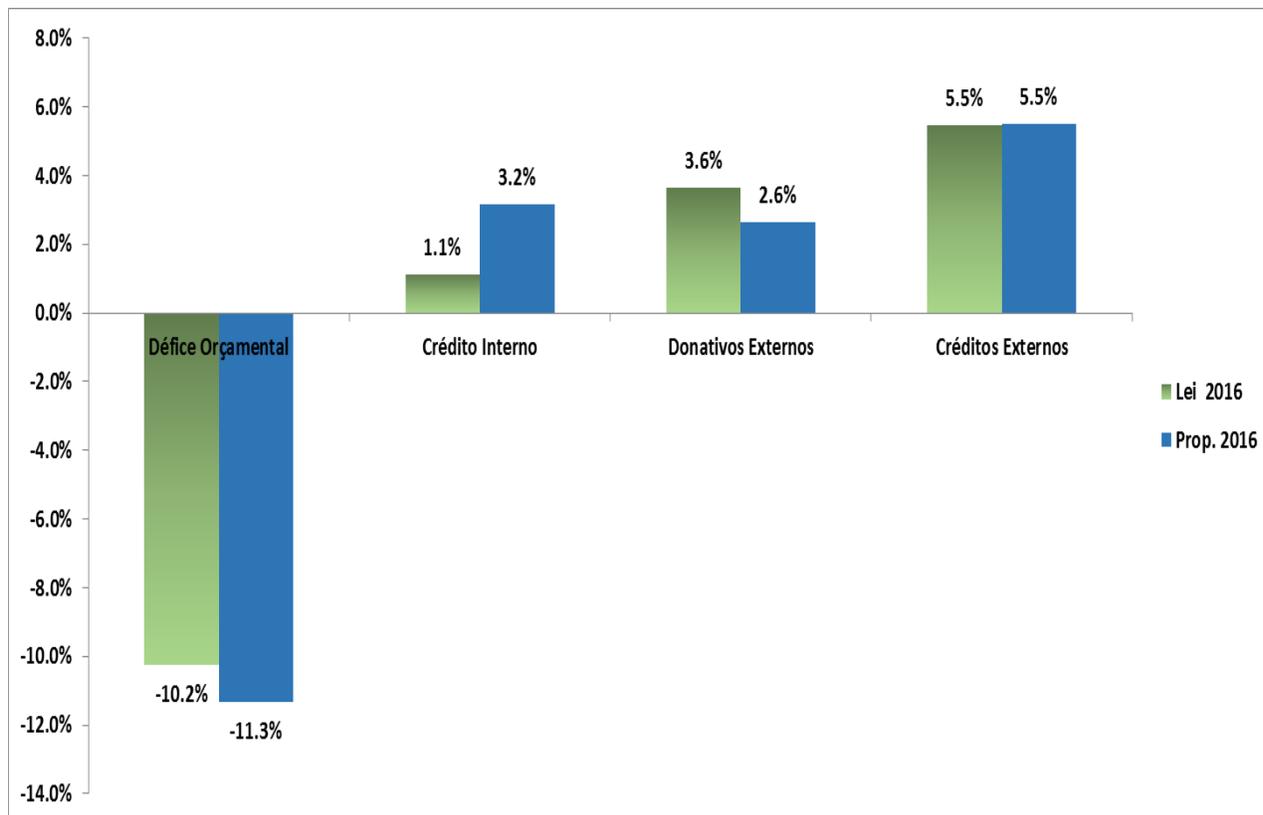
41. Assim, os **juros da dívida** deverão atingir o valor de 15.122,3 milhões de MT, e as **amortizações** o montante de 15.831,9 milhões, o que corresponde 2,2% e 2,3% do PIB, respectivamente.

42. As **Despesas de Investimento** passarão de 83.865,5 milhões de MT para 76.014,9 milhões de MT, o que representa uma redução em 1,2pp do PIB, resultante da redução da componente interna de investimento em cerca de 12.468,6 milhões de MT.

4.4 Previsão do Financiamento do Déficit Orçamental

43. Com a revisão Orçamental o déficit, passará de 69.661,3 milhões de MT, correspondente a 10,2% do PIB, para 77.817,2 milhões de MT, equivalente a 11,3% do PIB, um acréscimo de 1,1pp.

Gráfico 6. Previsão do Financiamento do Déficit, % do PIB



44. O Governo irá financiar o Orçamento de Estado nos seguintes moldes:

- O crédito interno irá passar de 7.619,7 milhões de MT, equivalente a 1,1% do PIB, para 21.767,7 milhões de MT, correspondente a 3,2% do PIB, um acréscimo de 2,1pp;

- Os Donativos Externos irão passar de 24.800,0 milhões de MT, equivalente a 3,6% do PIB, para 18.192,7 milhões de MT, correspondente a 2,6% do PIB, um decréscimo de 1,0pp;
- O Crédito Externo irá passar de 37.241,8 milhões de MT, equivalente a 5,5% do PIB, para 37.850,4 milhões de MT, que equivale igualmente a 5,5% do PIB.

V. PREVISÃO DAS DESPESAS POR ÂMBITO

45. O quadro abaixo mostra a evolução da distribuição das despesas totais por nível central, Provincial, Distrital e Autárquico, comparativamente a Lei 2016. A análise exclui as Operações Financeiras e os encargos da Dívida, a fim de considerar apenas as despesas sectoriais por âmbito e avaliar o nível de descentralização de recursos.

Quadro 8. Alocação por Âmbito 2016

	Lei 2016	Prop.Rev 2016
	<u>Milhões de MT</u>	
Central	135,485.3	121,269.5
Provincial	35,229.0	35,385.2
Distrital	33,243.4	33,645.4
Autárquico	3,567.1	3,459.9
	<u>% da Despesa Total</u>	
Central	65.3%	62.6%
Provincial	17.0%	18.3%
Distrital	16.0%	17.4%
Autárquico	1.7%	1.8%

46. O quadro 8, mostra que não obstante a redução da despesa pública, o Governo continua com aposta da descentralização de recursos para o nível local. Em termos proporcionais da despesa total excluindo operações financeiras e encargos da dívida, a alocação de recursos para o nível central, provincial, distrital e autárquico, irão absorver 62.6%, 18.3%, 17.4% e 1.8% respectivamente.

VI. PREVISÃO DAS DESPESAS NOS SECTORES PRIORITÁRIOS

47. A alocação de recursos em áreas estratégicas tem por objectivo garantir a implementação da política económica e social, através de acções tendentes à redução da pobreza rural e urbana com investimentos na promoção de um crescimento económico sustentável e inclusivo.

48. Neste contexto, o Governo continua a priorizar a alocação de recursos aos sectores económicos e sociais, não obstante a redução da despesa pública no seu global. Para a proposta de revisão da Lei 2016, foram priorizados cerca de 63% do total de recursos excluindo encargos da dívida pública e operações financeiras do Estado, o que corresponde a 128.744,1 milhões de MT.

Tabela 9. Despesa nos Sectores Económicos e Sociais

	2015	2016	Prop 2016
	CGE	Lei	Prop
	<i>Milhões de MT</i>		
Despesa Total (Ex. EGE)	192,913.5	207,525.0	204,304.1
Total Sectores Económicos e Sociais	102,444.7	138,116.0	128,744.1
Educação	41,815.0	45,801.0	44,399.5
Saúde	18,399.0	21,607.9	23,896.3
Infra-estruturas	21,592.0	40,895.4	34,950.6
Estradas	15,044.0	28,724.7	23,986.0
Águas e Obras Públicas	4,582.0	9,138.1	8,303.3
Recursos Minerais e Energia	1,967.0	3,032.7	2,661.2
Agricultura e Desenvolvimento Rural	11,366.0	15,340.3	16,217.5
Sistema Judicial	4,238.0	4,271.7	3,942.8
Acção Social e Trabalho	5,034.7	5,647.8	5,337.4
	<i>% da Despesa Total</i>		
Total Sectores Económicos e Sociais	53.1%	66.6%	63.0%
Educação	21.7%	22.1%	21.7%
Saúde	9.5%	10.4%	11.7%
Infra-estruturas	11.2%	19.7%	17.1%
Estradas	7.8%	13.8%	11.7%
Águas e Obras Públicas	2.4%	4.4%	4.1%
Recursos Minerais e Energia	1.0%	1.5%	1.3%
Agricultura e Desenvolvimento Rural	5.9%	7.4%	7.9%
Sistema Judicial	2.2%	2.1%	1.9%
Acção Social e Trabalho	2.6%	2.7%	2.6%

49. De notar que, o montante actual para os sectores económicos e sociais mostra uma redução em termos nominais, de 7% face a Lei inicial. Esta ligeira redução, não prejudicou as acções nucleares destes sectores, uma vez que os ajustes incidiram sobre acções relativas a construção de edifícios administrativos, construção de novos campus universitários, aquisição de viaturas com excepção de ambulâncias, redução de metas de construção e reabilitação de algumas estradas e pontes, bem como a racionalização das despesas com combustíveis e lubrificantes e passagens aéreas.

VII. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

50. O quadro 9 ilustra o volume de recursos e as despesas totais que consubstanciam a proposta de revisão do Orçamento do Estado para 2016. O envelope de recursos totais passará de 246.070,6 milhões de MT para 243.358,2 milhões de MT, um decréscimo de 2.712,4 milhões de MT, dos quais, 187.315,1 milhões de MT de recursos internos e 56.043,0 milhões de MT de recursos externos.

Quadro10. Equilíbrio Orçamental

	GGE	Lei	Prop.	CGE	Lei	Prop. Ajuste	GGE	Lei	Prop.
	2015	2016	Ajuste 2016	2015	2016	2016	2015	2016	Ajuste 2016
	Milhões de MT			% do PIB			% de Total		
Total de Recursos	214,702.3	246,070.6	243,358.2	36.4%	36.2%	35.4%	100.0%	100.0%	100.0%
Recursos Internos	165,025.3	184,028.8	187,315.1	28.0%	27.0%	27.3%	76.9%	74.8%	77.0%
Receitas do Estado	155,893.0	176,409.2	165,540.9	26.5%	25.9%	24.1%	72.6%	71.7%	68.0%
Crédito Interno	9,132.3	7,619.7	21,767.7	1.5%	1.1%	3.2%	4.3%	3.1%	8.9%
Recursos Externos	49,677.0	62,041.8	56,043.0	8.4%	9.1%	8.2%	23.1%	25.2%	23.0%
Donativos	18,677.4	24,800.0	18,192.7	3.2%	3.6%	2.6%	8.7%	10.1%	7.5%
Créditos	30,999.7	37,241.8	37,850.4	5.3%	5.5%	5.5%	14.4%	15.1%	15.6%
Total de Despesas	200,490.7	246,070.5	243,358.2	34.0%	36.2%	35.4%	93.4%	100.0%	100.0%
Despesas de Funcionamento	117,835.7	136,159.3	143,411.4	20.0%	20.0%	20.9%	54.9%	55.3%	58.9%
Despesas Correntes	117,435.4	135,686.6	142,938.6	19.9%	19.9%	20.8%	54.7%	55.1%	58.7%
Despesas de Capital	400.3	472.8	472.8	0.1%	0.1%	0.1%	0.2%	0.2%	0.2%
Despesas de Investimento	64,077.8	83,865.5	76,014.9	10.9%	12.3%	11.1%	29.8%	34.1%	31.2%
Componente Interna	42,677.4	41,338.8	28,870.3	7.2%	6.1%	4.2%	19.9%	16.8%	11.9%
Componente Externa	21,400.4	42,526.8	47,144.5	3.6%	6.2%	6.9%	10.0%	17.3%	19.4%
Operações Financeiras	18,577.2	26,045.6	23,931.8	3.2%	3.8%	3.5%	8.7%	10.6%	9.8%

51. O volume de recursos totais e as despesas totais são iguais, ficando assim salvaguardado o princípio de equilíbrio orçamental.

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

52. A presente proposta de revisão do Orçamento do Estado para 2016 visa fundamentalmente a consolidação fiscal como resultado da alteração da conjuntura macroeconómica internacional e nacional, com destaque para a revisão em baixa do crescimento económico, subida generalizada do nível de preços e o fortalecimento contínuo do dólar norte-americano.

53. As alterações acima descritas ditaram a revisão da meta dos principais agregados macro-fiscais. As alterações implicaram numa revisão em baixa na meta da Receita do Estado de 176.409,2 milhões de MT para 165.541,0 milhões de MT, uma redução em 10.868,2 milhões de MT, o equivalente a um decréscimo em 1,8pp do PIB, bem como uma redução do nível de Apoio Geral ao Orçamento de 10.9 mil milhões de MT. Por outro lado, uma revisão em baixa da despesa pública de 246.070,6 milhões de MT para 243.358,2 milhões de MT, o equivalente a uma redução em 0,7pp do PIB.

54. Todavia, esta proposta de revisão do Orçamento do Estado para 2016, irá continuar a pautar por medidas de contenção e de racionalização da Despesa Pública procurando materializar os Objectivos preconizados no PQG (2015-2019).